

# Proposições necessárias, proposições gramaticais<sup>1</sup>

---

Giovane Rodrigues Silva  
giovane4@gmail.com

Inicialmente, pretende-se apresentar o conceito de gramática nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, para em seguida examinar a função que as chamadas proposições gramaticais desempenham no que Wittgenstein chamou de determinação do sentido, em contraste com o emprego do sentido. Na medida em que este trabalho se insere num projeto sobre a arbitrariedade da gramática, esperamos apontar, à guisa de conclusão, para o fato de que aquilo que em geral a filosofia chama de proposição necessária é a mera expressão de uma regra gramatical que, entre outros elementos, compõe o ensino do uso de expressões da uma língua.

**Palavras-chave:** Gramática - Necessidade - Determinação do sentido

## **Necessary propositions, grammatical propositions**

At first, the text will present the concept of grammar as it appears in the *Philosophical Investigations*. Then I will examine the role that the so-called grammatical propositions performs in what Wittgenstein called determination of sense, in contrast with employment of sense. Inasmuch as this work is connected with a project on the arbitrariness of grammar, I hope to show, on concluding, that what philosophy usually calls a necessary proposition is the mere expression of a grammatical rule that amongst other elements compounds the process of teaching the different uses of expressions of a language.

**Keywords:** Grammar - Necessity - Determination of sense

O objetivo deste texto é apresentar o conceito de *proposição gramatical*, o que se dará em três momentos. Inicialmente, apresentarei o conceito de *gramática*. Em seguida, contrastarei proposições gramaticais com o que Wittgenstein chamou de *proposições empíricas* e, por fim, com o que a tradição filosófica chamou de *proposições necessárias*. Veremos que esses dois contrastes se fazem iluminadores na medida em que inúmeros problemas e confusões filosóficas tiveram lugar na tradição por conta da falta de discernimento entre os devidos usos que têm, no funcionamento ordinário de nossa linguagem, proposições empíricas e proposições gramaticais (embora não seja possível aqui discutir diretamente as confusões filosóficas, mas apenas apontá-las). Por outro lado, procurarei apresentar uma amostra de proposições necessárias da metafísica cuja função na linguagem, em geral, é a de estipular conceitos, definir o modo como palavras e sentenças serão usadas. Em uma palavra, sua inexorabilidade não diz respeito a coisas no mundo, nem a mecanismos epistemológicos transcendentais ou empíricos, mas apenas às regras da gramática.

Antes de entrar, contudo, no primeiro momento da minha apresentação, seria interessante lembrarmos a importância que Wittgenstein atribui ao conceito de *gramática* e o papel decisivo que a análise gramatical adquire nas suas investigações filosóficas, para que saibamos melhor sobre o que estamos falando. Bem, para Wittgenstein, o uso que ele próprio faz do conceito de gramática não é uma ampliação do modo como os gramáticos o usam. A gramática estuda e descreve as regras das diferentes linguagens. Ora, se atentarmos para as recorrentes apresentações nas *Investigações Filosóficas* sobre qual é a tarefa da filosofia, veremos que Filosofia e Gramática são conceitos em larga medida co-extensivos. Na seção 90, por exemplo, vemos que a atividade filosófica é definida como uma investigação gramatical e, na seção 124, que ela deve se limitar à *descrição* do funcionamento da linguagem. Vemos, desse modo, que o que a filosofia e a gramática têm em comum é a capacidade de nos mostrar, de modo claro, as regras segundo as quais nossa linguagem funciona, tornar perspicuo o funcionamento de nossa linguagem. Em inúmeras passagens vemos Wittgenstein falar dessa clareza e dessa perspicuidade como seus grandes objetivos. E o que opera aqui é a sua profunda convicção de que os problemas filosóficos emergem do fato de que nós não temos clareza sobre os nossos modos de expressão:

(...) a claridade a que nós aspiramos é uma claridade *completa*. Mas isso apenas quer dizer que os problemas filosóficos devem desaparecer *completamente* (Wittgenstein 1, §133)

Não entrarei em detalhes sobre o conceito wittgensteiniano de filosofia. O que cumpre notar para os meus presentes propósitos é esta idéia de que os problemas filosóficos emergem da obscuridade no modo de apreendermos o funcionamento de nossa linguagem. E para o fato de que se pudermos olhar claramente para esse funcionamento poderemos desatar os nós do nosso entendimento. É justamente aqui que a gramática nos é de crucial importância. Na medida em que ela nos apresenta as regras de nossa linguagem, ela nos fornece as ferramentas para que nossa visão se torne clara. Essa idéia de visão clara se exprime mais diretamente pela palavra tão insistentemente repetida por Wittgenstein: *Übersicht*, que infelizmente não tem um correlato preciso no português<sup>2</sup>. A função da filosofia é, portanto, tornar nossa linguagem *übersichtlich* [claramente apreensível] através de uma visada que é fundamentalmente gramatical.

Mas alguém poderia argumentar que esse tipo de discussão lexical e semântica não diz respeito aos gramáticos, e quem dissesse isso estaria provavelmente pensando que Wittgenstein, ao falar desse modo, estende o sentido de gramática para além do nosso senso comum. E, evidentemente, Wittgenstein se deparou com esse tipo de questionamento. Bem, embora não tenhamos definições explícitas do que é, para Wittgenstein, gramática, temos por sorte outras fontes que nos ajudam a entender tais divergências. Neste caso específico, penso que farei bem introduzindo uma anedota significativa. Charles Stevenson nos conta uma conversa que presenciou entre Wittgenstein e Moore.

Do modo como Moore pôs o tema, gramática é o que se ensina às criancinhas nas escolas, por exemplo, “Você não diz ‘três homens *estava* no campo’, mas ‘três homens *estavam* no campo’”; isto é gramática. E o que isto tem a ver com filosofia? E Wittgenstein respondeu que este exemplo não tem, de fato, nada de filosófico, na medida em que tudo aqui é perspicuo. Mas o que dizer de “Deus pai, Deus filho, e Deus espírito santo *estavam* no campo ou *estava* no campo?” (Baker & Hacker, 3, p. 54)

Alguns modos de falar são transparentes, outros não. E quando vemos um nó na nossa linguagem, em momentos em que não temos transparência diante de nós, ficamos tentados a olhar o problema como um *profundo* assunto filosófico. Ora, o que a anedota nos conta é que a gramática da palavra Deus, na maneira como os católicos a usam, não é, de modo algum, clara. E o que

precisamos é ver quais são as regras que regem esse tipo de proposição, numa investigação que, embora seja tão profunda quanto possamos imaginar, não deve passar da superfície da nossa linguagem cotidiana. Desse modo vemos como a profundidade de um problema filosófico passa a ser pouco mais do que uma confusão, ou, como Wittgenstein diz na seção 111 das *Investigações*, uma piada gramatical<sup>3</sup>. Cumpre à gramática deslindar essa confusão. E para dar por finalizada nossa discussão sobre a diferença do conceito de gramática para Wittgenstein e do que é gramática para os gramáticos, poderíamos dizer que, no essencial, a atividade é a mesma. O que muda é a finalidade que essa atividade adquire em cada caso. Na medida em que Wittgenstein pretende dar paz à filosofia, seu uso da gramática tem por meta a dissolução de confusões gramaticais (o que chamamos, não sem alguma pompa, de problemas filosóficos).

Pois bem, é precisamente essa concepção de gramática que permite que falemos, em jargão wittgensteiniano, coisas como “a gramática de uma palavra”. Vemos por toda a obra madura de Wittgenstein expressões como “a gramática da palavra ‘pensamento’”, ou a “gramática da palavra ‘descobrir’”. O que isso quer dizer? A gramática de uma expressão são as regras que, por um lado, governam o seu uso, e por o outro, a definem, a especificam, a determinam conceitualmente. Assim, a gramática da palavra “torre”, por exemplo, são as regras segundo as quais eu posso usar aquela determinada peça de xadrez. Ao mesmo tempo, o fato de que eu devo usar unicamente *essas* regras para mover a torre se eu quiser jogar o jogo corretamente é o que define que aquela peça se chame “torre”. A analogia com o xadrez é um expediente característico dos escritos wittgensteinianos e, para além dela, como bem sabemos, a analogia com os jogos, em geral. E isso porque com tais analogias alcançamos clareza a respeito do que está em jogo quando falamos do significado da palavra “torre”. Quer dizer, vemos que nesse caso não estamos falando de outra coisa se não das regras de uso da palavra. Na medida em que concerne à gramática essa atividade de descrição das regras da linguagem, podemos dizer, sem qualquer problema, que estamos falando da gramática da palavra “torre”.

Mas e o que dizer de *proposições gramaticais*? O que são elas? Bem, muito simplesmente elas são expressões de regras gramaticais, proposições que contribuem para a explicitação e/ou para a constituição do sentido (ou seja, para a gramática) de uma expressão. E é importante notar que quando falamos em proposições gramaticais não estamos falando de uma forma da proposição. Não estamos dizendo que uma proposição será gramatical se obedecer a uma certa norma sintática, ou a uma estrutura lógica subjacente. Não. Proposições gramaticais têm as mais diferentes formas, como poderemos

ver adiante. O que faz com que uma proposição seja gramatical não é algo dado de uma vez por todas na sua estrutura, mas *a função que ela desempenha* em cada contexto. Se num determinado contexto de linguagem a proposição tem como função a expressão da regra de uso de uma palavra ou expressão, então ela é proposição gramatical. E sublinho este fato para lembrar que uma mesma proposição pode ou não ser gramatical dependendo do contexto em que aparece. Por exemplo: a proposição “ele não pode fingir” pode ser tanto gramatical quanto empírica. Como veremos, esse duplo emprego possível de uma proposição é o que dá margem, em filosofia, à confusão entre proposições empíricas e proposições gramaticais. Mas vejamos o que isso quer dizer.

Vamos supor que nós tivéssemos à nossa disposição um soro da verdade. Quem o ingere se torna fisicamente incapaz de emitir juízos que contrariem as suas próprias crenças; o efeito do soro é tão poderoso que aquele que o ingeriu fica incapacitado até para sugerir uma mentira ou qualquer fingimento. Suponhamos que investigadores usassem esse soro num interrogatório. Alguém que visse os investigadores acreditando cegamente no relato do interrogado poderia perguntar: *mas por que vocês levam em tão alta conta esse depoimento?* Ao que os investigadores responderiam: *ele não pode fingir*. E em seguida diriam que ele tomou o soro da verdade, e talvez explicassem cientificamente o funcionamento da droga. Bem, nesse caso a proposição “ele não pode fingir” diz respeito a um fato contingente. Diz respeito a um certo contexto que permite que tenhamos dúvida quanto ao seu valor de verdade, e, além disso, para nos certificarmos do valor de verdade da proposição, não teremos outra alternativa que não ir à experiência e considerarmos os dados empíricos que compõem as circunstâncias. Nesse caso, ela é uma proposição *empírica*.

Agora vamos supor que essa mesma proposição seja pronunciada num outro contexto. Podemos imaginar que uma mãe esteja insegura quanto à sua relação com o filho recém-nascido. Ela pensa ter motivos para acreditar que seu filho não gosta dela, e agora ela tenta explicar isso para alguém. No momento em que explica, ela faz um gesto que leva a criança a sorrir. A pessoa que presencia a cena diz: *olha só, está vendo? O neném riu para você! Quer um indício melhor de que ele gosta de você?* E a isso a mãe insegura responderia: *não, não, ele faz isso sempre, mas isso não me convence... este não é um sorriso sincero*. Estupefato, o amigo diria: *mas como assim? Ele não pode fingir!* Bem, o que dizer dessa proposição nesse contexto? O argumento do amigo parece ser bastante razoável. Mas por quê? Como ele sabe que a criança recém-nascida não pode fingir? É porque ele viu muitas crianças

recém-nascidas sorrirem, ou porque ele aprendeu em livros especializados quais os fundamentos do comportamento de bebês de colo? Ao dizer isso ele deve julgar, por acaso, que a criança não tem a capacidade física ou psíquica de fingir? “Ele não pode fingir” é um juízo de experiência, nesse contexto? É uma proposição empírica? A resposta a todas essas perguntas só pode ser um contundente não. E isto pode ser justificado de várias maneiras. Uma delas é nos perguntando: faz sentido falar que um recém-nascido *pode* fingir? E como ele poderia? E aqui é importante notarmos que isso tem muito menos a ver com as capacidades físicas e psíquicas dos recém-nascidos em geral, do que com a maneira como nós usamos a palavra “fingir”. Quer dizer, usamos esta palavra em diversas situações, mas não em proposições que atribuem fingimento a recém-nascidos. O fato de que recém-nascidos não podem fingir diz respeito à gramática da palavra “fingir”. E o comentário do amigo à mãe desesperada sublinha justamente esse *fato gramatical*. Ele poderia ter dito: Ora, mamãe, *não faz sentido* dizer que um recém-nascido *finge*: não faz sentido atribuir este conceito àquele sujeito. E a pergunta decisiva aqui é: qual a *função* da proposição “ele não pode fingir” nessa situação? É claramente alertar à mãe que não faz muito sentido supor que seu neném está mentindo. É por isso que podemos dizer que o comentário do amigo foi um apontamento gramatical, e a proposição “ele não pode fingir” não diz respeito a fatos no mundo, mas é uma proposição gramatical que esclarece como usamos a palavra *fingir*, exprime uma regra para o seu uso. Por um motivo ou outro, a mãe se esqueceu do sentido do conceito e precisou ser lembrada. E isso acontece o tempo todo conosco. Nesses casos, o que normalmente nos põe de volta no jogo de linguagem é lembrar quais são as suas regras, e, feito isso, jogar de acordo com essas regras. O modo de voltar ao jogo é reconhecer a normatividade de proposições gramaticais e aceitar que não é porque os cachorros são muito honestos que nós dizemos que eles não fingem, e que não é porque falta o aparato psíquico plenamente constituído a um recém-nascido que dizemos que ele não mente. Na verdade, nós não dizemos essas coisas porque não faz sentido dizê-las. E eu quero notar que todas essas minhas últimas proposições foram proposições gramaticais; elas exprimem regras que aceitamos tacitamente quando usamos as palavras “neném”, “fingir”, “mentir” etc.

Passados estes dois exemplos, penso que fica mais ou menos explicitado o que é uma proposição empírica, o que é uma proposição gramatical e como elas são diferentes. Vimos também, no entanto, que, por vários motivos, a proposição gramatical se assemelha à proposição empírica. Eu já havia notado

antes que proposições gramaticais e empíricas podem ter a mesma forma (e, para além disso, podem ser a mesma proposição). Elas se distinguem entre si, contudo, pelos diferentes modos como a usamos; elas se distinguem por terem funções bastante diferentes. Bem, é justamente o caráter especial dessa diferença, dessa distinção, que torna pertinente acentuá-la. Sim, porque proposições gramaticais são proposições muito especiais na nossa linguagem, e a delimitação desse conceito, eu penso, é uma das contribuições mais importantes da filosofia madura de Wittgenstein, ao menos no que compete ao seu objetivo de tornar perspicuo o modo como funciona a linguagem. Ao notar as diferentes funções de proposições gramaticais e proposições empíricas (a despeito de sua forma às vezes idêntica), percebemos que há um tipo específico de proposição que é absolutamente intra-linguístico, que não diz respeito ao mundo, mas que orienta o funcionamento das proposições empíricas, não sendo elas mesmas empíricas. Essas proposições não falam sobre fatos, mas definem e marcam o escopo e os usos de conceitos em nossa linguagem. Como Wittgenstein nota em diferentes passagens, a distinção crucial e enormemente esclarecedora que está em operação aqui é a distinção entre a determinação do sentido e o emprego do sentido (Wittgenstein 2, p. 168). Quer dizer, a gramática antecede a verdade e a falsidade. Uma proposição gramatical não é verdadeira nem falsa, mas define o que faz sentido chamar de verdadeiro ou falso. E é na medida em que a gramática determina, não o que é verdade ou falsidade, mas os limites do sentido, que a filosofia se interessa por ela.

Mas agora passemos à análise e à explicitação das conseqüências da confusão entre proposições empíricas e proposições gramaticais, ou seja, aqueles casos em, por não olharmos clara e panoramicamente para a nossa linguagem, não conseguimos notar que uma proposição que se parece com uma proposição empírica é, na verdade, gramatical, porque tem função gramatical. Para tanto, vale a pena tomarmos a seção 252 das *Investigações*:

À proposição ‘Este corpo tem uma extensão’ nós poderíamos responder: ‘isto não faz sentido!’ — no entanto, nós tendemos a responder: ‘é evidente!’ — Por quê? (Wittgenstein 1)

Num procedimento bastante característico de Wittgenstein, a resposta aqui fica no ar. Mas vejamos até onde nós podemos chegar a partir dessa pergunta. O que está expresso aqui são duas disposições bastante diferentes frente a uma formulação que é cara à história da filosofia. E são essas as duas disposições que eu gostaria de explicitar aqui. É natural — a passagem

sugere – que nos inclinemos a assentir a afirmação de que todo corpo tem uma extensão; e esse assentimento aparece como o reconhecimento de algo evidentemente verdadeiro. Dizemos: é evidente que todo corpo tem extensão e, na medida em que a extensão é um atributo essencial de todos os corpos, podemos fazer dessa proposição uma verdade absoluta, quer dizer, uma verdade que vale incondicionalmente, independente de qual seja o caso; em uma palavra, uma verdade necessária. É isso poderia ser expresso da seguinte maneira: nós não conseguimos conceber o oposto da proposição “todo corpo tem extensão”. Mas vejamos bem para o que é esta tendência de afirmar que não podemos conceber o oposto dessa proposição. Pensemos na seguinte questão: em que caso faria sentido afirmar que um corpo *não tem* uma extensão? A uma afirmação como essa, nós tenderíamos a replicar: “como assim, um corpo não ter extensão? Isso não faz sentido!”, e isso seria justificado facilmente se se dissesse que se um corpo não tivesse extensão ele não seria um corpo. Quer dizer, se essa coisa sem extensão fosse algo, nós não a chamaríamos de corpo, e isso simplesmente porque não há tal coisa como um corpo que não tenha extensão. Se alguém dissesse “este corpo não tem extensão”, nós não diríamos “ora, mas essa proposição é falsa”. E não diríamos porque falta a essa proposição uma característica que é anterior à verdade e à falsidade: uma proposição sem sentido não pode ser nem verdadeira nem falsa. A essa proposição nós responderíamos: “que bobagem! *Todo* corpo tem extensão!”. E aqui chegamos a um ponto em que faz sentido formular aquilo que, antes, nós chamávamos de uma proposição universalmente verdadeira, uma proposição necessária. Aqui usamos aquela proposição gramaticalmente. A sugestão que Wittgenstein faz, me parece, é a seguinte: quando toparmos com a asserção de uma proposição gramatical fora de seu contexto de explicitação de regras gramaticais, nós devemos afirmar, sem risco de errar: aqui se ultrapassou a fronteira do sentido.

E a grande confusão que se quer apontar com isso tudo é aquela que nos faz tomar uma proposição gramatical por uma proposição empírica, quer dizer, a confusão que nos faz tomar uma proposição que serve para constituir o sentido de um termo por uma proposição que fala sobre fatos no mundo. Quando supomos que uma proposição do tipo “todo corpo tem uma extensão” está falando sobre coisas no mundo, sobre fatos que poderiam ser falsos, mas que, por conta da validade irrestrita da formulação, são fatos sempre verdadeiros, neste momento nós concebemos uma proposição necessária. E o erro aqui foi tornar empírico um juízo que nunca o foi: proposições gramaticais não falam sobre fatos no mundo, mas definem o sentido de



nossas expressões. Em suma: proposições gramaticais não são proposições empíricas. Proposições gramaticais não são proposições necessárias, visto que elas antecedem logicamente a verdade ou a falsidade.

É somente atentando à função de uma proposição no jogo de linguagem que lhe é próprio que nós podemos falar sobre o seu estatuto lógico. E é justamente essa função, a situação de uma proposição num jogo de linguagem, o que determina qual será esse estatuto. Quando falamos de uma proposição que seja verdadeira sempre, independentemente de qual seja o caso (ou o oposto: uma proposição que seja sempre falsa), estamos girando uma roda em falso. Quer dizer, na medida em que podemos dizer que a aplicabilidade de uma proposição é condição para que ela tenha sentido, na medida em que uma proposição só adquire sentido no uso que fazemos dela, que sentido tem falar de uma proposição que prescinde de todo e qualquer contexto?

O que pretendi apontar foi que o que a tradição filosófica chamou de proposições necessárias ou são proposições gramaticais e, nesse sentido, não têm valor de verdade – mas antecedem a verdade e a falsidade das expressões que elas definem – ou não têm sentido algum. Refiro-me a proposições como “todo corpo tem extensão”, “todo evento tem uma causa”, “penso, existo”, “ $a = a$ ”, “uma proposição ou é verdadeira ou é falsa, não há uma terceira possibilidade”, e ainda “ $5 + 7 = 12$ ” ou “a soma dos quadrados dos catetos é igual ao quadrado da hipotenusa”. Essas são proposições da metafísica, da lógica, da aritmética e da geometria, que preparam o jogo de linguagem de cada um desses campos. Quando fazemos continhas num papel, nós não perguntamos pela verdade da proposição aritmética “ $5 + 7 = 12$ ”, mas nós a tomamos como base, como um dos pontos de partida para os juízos empíricos que nós pretendemos fazer nesse domínio lingüístico. Do mesmo modo, a proposição “todo evento tem uma causa” é um pressuposto para que falemos sobre causas e efeitos: se não assumíssemos isso como não-problemático, sequer começaríamos a falar sobre causas e efeitos. Essas proposições que a tradição tomou por necessárias não são absolutamente verdadeiras. Quando elas significam alguma coisa, isto é, quando nos servem para algum propósito, então o que fazem é montar o palco sobre o qual nossas vidas lingüísticas se apresentam. Do modo como a filosofia costuma ostentá-las, no entanto, elas perdem essa função normativa, perdendo, ao mesmo tempo, seu sentido.

## Notas

<sup>1</sup> Texto apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia da USP, em outubro de 2007. Agradeço ao apoio da FAPESP.

<sup>2</sup> Podemos traduzir o termo (sempre imperfeitamente) por perspicuidade, visão clara, visão de sobrevôo, visão panorâmica etc.

<sup>3</sup> O termo usado é *grammatische Witz*. É importante notar que o termo “piada” não é um correlato muito preciso. *Witz* é uma expressão espirituosa, que também poderia ser traduzida por “gracejo”.

## Referências bibliográficas

1. WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen*. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.
2. \_\_\_\_\_. *Remarks on the foundations of mathematics*. Chicago: MIT Press, 2001.
3. BAKER, G.P. & HACKER, P.M.S. “Rules and Grammar” In: *Rules, Grammar and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.